

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

A CULTURA DO AÇÚCAR: UMA HERANÇA DOS OS ANTIGOS ENGENHOS DE ALAGOAS

Catarina Agudo Menezes¹

Tendo em vista a importância do patrimônio cultural para a construção social, pode-se afirmar que a valorização desse patrimônio contribui para a solidificação dos elos entre o indivíduo e suas origens, favorecendo o surgimento do sentimento de pertença. Dentro desta perspectiva, os antigos engenhos de Alagoas estão aqui considerados enquanto importantes fundadores e difusores de manifestações culturais alagoanas. Este artigo tem como objetivo destacar os aspectos culturais relacionados aos engenhos e à produção açucareira, bem como a sua inserção enquanto patrimônio histórico-cultural na sociedade alagoana.

Palavras-chave: patrimônio, cultura, engenhos

1. Cultura e Patrimônio

Existem diferentes definições para o termo ‘cultura’ mas, ao se observar a relação entre esta palavra e sua raiz de origem pode-se constatar que cultura está diretamente ligada à terra, ao cultivo do solo. A própria palavra é sinônimo de agricultura (e está inserida na mesma). O plantio, a colheita, o uso de diferentes ferramentas produzem dois tipos de cultura: uma enquanto transformação do solo e outra que se refere ao modo como a primeira é realizada, estando ligada ao conhecimento adquirido sobre um determinado modo de vida. Esta última, entretanto, consiste em uma forma mais abrangente, que extrapola os limites agrícolas de uma comunidade, alcançando diversos níveis da sociedade. Eduard Taylor formula, no século XIX, um interessante conceito sobre cultura: “um conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” (TAYLOR, 1871, apud QUINTAS, 2007, p. 25).

Enquanto acumulação do conhecimento a cultura passa a estar relacionada ao erudito, confundindo-se algumas vezes com uma forma de conhecimento menos acessível ou menos difundida, como a música barroca, por exemplo. Entretanto,

¹ . Mestranda do curso de pós-graduação Dinâmicas do Espaço Habitado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Alagoas.
catarina.agudo@gmail.com

diferentes manifestações populares ou não podem fazer parte do espectro cultural de uma sociedade. Tendo em vista que a cultura pode abranger uma série de características de uma comunidade, pode-se alegar que dois dos seus principais aspectos são a multiplicidade e a dinamicidade. Na realidade dos antigos engenhos alagoanos, por exemplo, estes aspectos são bem visíveis, mediante a convivência entre africanos, europeus e índios.

A multiplicidade, ou diversidade cultural é atualmente um tema bastante discutido entre estudiosos de diversas áreas, posto que com o processo de globalização cada vez mais abrangente, as populações tendem a se aproximar não só economicamente, mas também culturalmente. E é neste âmbito que muitas vezes surgem polemias sobre uma possível dominação de uma cultura por outra. É o caso, por exemplo, da imposição da religião católica para os escravos africanos que foram trazidos para o Brasil.

A dinamicidade da cultura se encontra na capacidade que esta possui de acompanhar os fluxos e demandas da sociedade absorvendo os aspectos pertencentes a outras sociedades, através de aproximações diversas, como uma guerra ou uma aliança, tornado-se, portanto, mutável. No entanto, a sociedade apresenta alguns mecanismos de resistência que permitem manter a estrutura cultural essencial. Cada civilização tem a sua cultura definida. Embora diferentes sociedades possam se aproximar em alguns aspectos culturais, como o tipo de vestuário ou a religião, as manifestações ocorrem de maneira distinta e mesmo que a cultura de um grupo seja transmitida para outro, esta transmissão não é completa. Os mecanismos de apropriação de um determinado elemento cultural são diferentes daqueles que levaram a sua origem ocorrendo, dessa forma, uma 'resignificação' do mesmo (idem, p. 32). O modo de construir dos portugueses, por exemplo, passou por ajustes e adaptações quando foi implantado em terras brasileiras.

A cultura está, portanto, alocada em determinados espaço e tempo podendo sofrer variações. No caso dos antigos engenhos de Alagoas, o ambiente produzido pelas casas-grandes, senzalas e fábricas, bem como a vasta natureza no entorno das propriedades, proporcionou o surgimento de uma cultura bastante peculiar, que marcou a sociedade alagoana em diversos aspectos e diferentes períodos, chegando sob a forma de referências até os dias atuais, como será detalhado adiante.

Quando uma comunidade é reconhecida por um determinado elemento cultural e, ao mesmo tempo, se reconhece nele, criando laços de identidade e pertencimento, ocorrem as condições propícias para considerar tal elemento como patrimônio cultural.

A noção de patrimônio está relacionada à herança, à propriedade de bens materiais ou imateriais. A sua existência pode ocorrer em diferentes escalas: entre duas pessoas, dentro de uma mesma família ou no decorrer do tempo em uma sociedade. O legado que é transmitido de uma geração para outra adquire determinado valor dentro da comunidade se o mesmo estiver relacionado às raízes ou à essência desta. Cada grupo atribui diferentes significados e valores aos diversos aspectos vivenciados, ou não, no dia-a-dia.

A importância de conhecer suas próprias raízes, fortalecendo os elos entre o indivíduo e o seu legado reside no fato de que quanto maior o conhecimento de si mesmo e de seu passado (individual e de grupo) maior é o sentimento de pertença do homem ao seu meio e, conseqüentemente, mais forte é a sua personalidade (idem, p. 35). A partir deste reconhecimento o homem estará, portanto, ciente de quem é de qual o seu papel na sociedade. O patrimônio, tanto material como imaterial, é capaz de transmitir a que o recebe uma série de aspectos pertencentes a geração passada, como costumes, danças, técnicas, entre outros.

A arquitetura, devido a sua perenidade, é um bom exemplo de como o legado histórico-cultural é repassado ao longo do tempo e de como cada sociedade reage ao recebê-lo. Uma obra arquitetônica pode comunicar algo a uma comunidade através de diferentes maneiras, seja pelo aspecto espacial – que pode estimular sensações diversas – por sua função (ainda que esta tenha mudado ao longo do tempo) ou mesmo pelas técnicas construtivas utilizadas. O edifício pode ainda, narrar as concepções e intenções de uma determinada pessoa (ou ordem sócio-política) através de significados a partir dos quais o mesmo é construído. As catedrais do período gótico, por exemplo, são ícones da ideologia católica de submissão do homem a Deus. O indivíduo, ao entrar em uma dessas igrejas, diante da grandiosidade de suas dimensões, se sente ínfimo perante toda magnificência divina.

As diferentes manifestações arquitetônicas são recebidas pela população de maneiras diversas, e o modo como cada grupo atribui graus de importância e determinados exemplares é, muitas vezes, o que define que significados e valores culturais serão transmitidos e difundidos para a sociedade. As construções clássicas, góticas, barrocas, etc. adquirem, portanto, o caráter de bem cultural à medida que cada

grupo identifica um desses exemplares como elemento essencial de sua estrutura, de sua história. Estes, dependendo da relevância atribuída, podem ser considerados bens de toda a humanidade ou bens bastante específicos de determinada comunidade.

Inseridos nesta perspectiva, os antigos engenhos, tanto os de Alagoas como de todas as regiões brasileiras, que durante o período colonial produziram açúcar possuem importância relevante, sobretudo na região Nordeste, enquanto núcleos de uma cultura marcante que ainda possui alguns traços espalhados sobre a sociedade, como é o caso da alagoana.

2. O Contexto Nacional da Produção Açucareira

O surgimento dos engenhos em Alagoas dentro do processo de instalação dos primeiros complexos açucareiros na região Nordeste. A cana-de-açúcar foi trazida para o Brasil pelos portugueses ainda no século XVI. Devido à grande extensão territorial da colônia e suas características naturais propícias para o desenvolvimento da lavoura da cana, os colonizadores logo se empenharam no estabelecimento destas ‘fábricas’. Segundo Andrade (2007, p. 15), os primeiros engenhos do Brasil foram instalados em Itamaracá, quando esta era ainda uma feitoria, na segunda década de colonização.

Após a divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias, a fim de assegurar o povoamento e a defesa de toda a região os engenhos foram utilizados como estratégia da Coroa portuguesa para estimular a fixação de portugueses à terra brasileira. O açúcar era, até então, um produto nobre e de acesso restrito na Europa, porém, com a expansão dos canaviais, principalmente no Brasil, que foi o principal produtor de açúcar durante um longo período, este produto alcançou larga escala em sua comercialização e consumo, sendo responsável, portanto, pelo impulso no desenvolvimento do Brasil dos séculos XVI e XVII, inclusive de Alagoas, que na época era parte integrante da Capitania de Pernambuco.

Na região Nordeste os engenhos se expandiram a partir de dois pontos: de Olinda (que era o principal núcleo urbano da colônia no século XVI) para o sul, até Penedo e para o norte, até Goiana, chegando até a Paraíba e o Rio Grande do Norte; de Salvador a cultura da cana se expandiu para todo o Recôncavo Baiano (idem, p. 15). Esta expansão formou o que estudiosos chamam de “civilização do açúcar” e determinou de maneira decisiva a forma como os núcleos de povoamento rurais e urbanos surgiram e se desenvolveram.

Como já foi mencionado, da instalação de um engenho decorria a formação de um núcleo de povoamento, inicialmente o do próprio engenho e aos poucos no seu

entorno e, à medida que a cultura da cana se expandia para regiões mais distantes, também os povoados se espalhavam para áreas menos habitadas e vice-versa.

Desbravando o território, as primeiras bandeiras que o exploraram, assentam na construção de engenhos os fundamentos da colonização. Saem deles os núcleos de povoamento, expandindo-se em blocos, às vezes, dispersos, pela disseminação dos engenhos. A seguir o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar adensa a população que vive, ou que vegeta, em derredor da exploração do açúcar. Não só do açúcar; do próprio homem também (DIÉGUES JÚNIOR, 2002, p. 25).

A sociedade que surgiu a partir dos engenhos estava fundamentada sobre os alicerces da aristocracia de pequenos e médios produtores, do patriarcalismo, sob a figura central do senhor de engenho, e do trabalho escravo – que inicialmente tentou atrair os indígenas para as plantações e fábricas, mas devido ao fracasso dessa tentativa, foi buscar no povo africano os seus trabalhadores escravo, o que resultou no tráfico de milhares de negros procedentes de diversas regiões da África.

A produção e comercialização do açúcar no Brasil alcançaram elevado nível de desenvolvimento, proporcionando o envio de vultosas remessas de dinheiro, bem como do produto para Portugal e outras regiões da Europa. Esta riqueza acabou por atrair o interesse de outras nações européias, acarretando nas tentativas de invasão e fixação, principalmente na costa brasileira, como os franceses que tentaram se estabelecer em diferentes regiões como o Maranhão e o sul da Capitania de Pernambuco, na parte correspondente à Alagoas. A tentativa francesa foi, porém, frustrada, pois os portugueses conseguiram expulsá-los de seus domínios.

No entanto, os holandeses, representados pela Companhia das Índias Ocidentais, através de vários anos de batalhas contra os portugueses, conseguiram se fixar em terras brasileiras por vários anos. Primeiramente, em 1624 os holandeses invadiram a capital da província, Salvador, com o objetivo de dominar parte das terras brasileiras e, principalmente, se beneficiar com a produção e comercialização do açúcar. Entretanto, seus esforços foram malogrados devido à forte resistência das tropas portuguesas. Com uma tentativa frustrada de dominação, as tropas batavas recuaram e aportaram na Baía da Traição – Paraíba.

Após se apossarem de navios portugueses e espanhóis contendo grande quantidade de produtos brasileiros e prata, a Companhia conseguiu arrecadar um volume monetário suficiente para saldar dívidas e financiar uma nova investida contra a costa brasileira. Desta vez o objetivo foi dominar a Capitania de Pernambuco e as regiões próximas. Pernambuco detinha, na época, a maior produção de açúcar do mundo, o que incentivou as invasões holandesas. Após consecutivas batalhas, por volta de 1635 os holandeses

conseguiram se estabelecer, incendiando o principal núcleo da capitania, Olinda, e construindo uma nova cidade para ser a sede do governo holandês em Recife (MELLO, 1999, p. 24).

Somente em meados de 1644 os portugueses conseguiram retomar a Capitania de Pernambuco através da campanha da restauração pernambucana.

2.1. Os Engenhos nos Textos e Pinturas do Século XVII

A ambiência produzida pelos engenhos despertou o interesse de muitos cronistas e viajantes, inclusive soldados e artistas. Desse interesse resultaram diversos relatos textuais e gráficos (pinturas e esquemas) que descrevem os engenhos, a cana e o açúcar em todos os seus detalhes. Estes relatos consistem em documentos preciosos para a análise dos vários aspectos relacionados à civilização do açúcar. Algumas dessas representações, como as pinturas, constituem em si mesmas, objetos de valor histórico, cultural e artístico.

São muitas as fontes escritas que trazem referências aos engenhos, de uma forma geral. Durante o período holandês vários funcionários sob o comando da Companhia das Índias Ocidentais percorreram as propriedades nordestinas, inclusive alagoanas, realizando levantamentos de aspectos tais como a quantidade e localização dos engenhos, proprietários, as condições em que se encontravam, tipo de moenda, capacidade de produção de açúcar, entre outros.

Existem, pois, nesta primeira jurisdição [de Alagoas] pelos menos 15 engenhos, alguns dos quais foram confiscados, e destes alguns têm sido vendidos e outros estão por vender. Se são engenhos movidos por água ou por bois, e se moerão este ano e quais moerão ou não, são particularidades a respeito das quais até o presente não temos podido haver notícias. Não devem, porém, ser muitos os que moerão, porquanto em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um outro lado, estão sem dúvida muito arruinados (NASSAU, 1638, p. 81).

Em outros textos as descrições são mais detalhadas, destacando o funcionamento técnico do engenho, o processo de fabricação do açúcar, espécies de cana plantadas no Brasil, etc. como nos exemplos a seguir.

Tipos de moendas:

A máquina de moagem, chamada Engenho pelos portugueses, Ibirá babaca e Ibirá pararanga, pelos indígenas, se divide em duas categorias, umas movidas por bois, outras por queda d'água; sendo esta chamada Engenho d'água e aquela Eng de bois. Hoje às vezes, em lugar de bois, empregam cavalos, os quais movem a máquina com mais rapidez (MARCGRAVE, 1942, p. 82-85).

Parte do processo de fabricação do açúcar:

O caldo [da cana] espremido cai numa canoa de madeira, colocada por baixo, chamada Coche; daí por meio de um canal corre para uma grande caldeira, não muito

longe do engenho. Sobre aquela caldeira acha-se um tablado alto, qual está colocado uma outra canoa de madeira, para a qual da parte inferior sobe o caldo por meio de uns vasos; enfim é transportado para a cozinha e lançado às caldeiras. O caldo doce nem um só dia pode durar, sem ficar azedo, por isso, uma vez espremido logo deve ser fervido, porque não se pode fazer açúcar do caldo azedo; deixado por dois dias torna-se um vinagre forte (idem).

Também nas imagens as representações são muitas, apresentando um universo rico e bastante diverso. Entre os diversos artistas que representaram essa realidade, cabe destacar o pintor holandês Frans Post (que esteve no Brasil no século XVII a convite de Maurício de Nassau), tanto pela grande quantidade de pinturas que executou sobre este tema, tendo percorrido várias regiões açucareiras sob domínio dos holandeses, mas também pela qualidade e proximidade com o real que seus desenhos possuem.

Em suas pinturas é possível identificar vários elementos componentes de um engenho, como a casa-grande, a casa de purgar, a fábrica e a capela. Aspectos cotidianos e mesmo culturais também são representados, como o uso do carro de boi e as danças africanas. O tipo de moenda (se de água ou bois) também é especificado pelo artista.



Frans Post - Engenho com rodas movidas pela água {054}. In.: LAGO, 2006: 388.



Recorte de imagem. Danças dos escravos. Frans Post - Paisagem fluvial com engenho. In.: LAGO, 2006: 162.

Além disso, um dos elementos característicos dessas pinturas, e de grande valia para análises, é a representação da paisagem natural, bastante semelhante na maioria das vistas no que se refere a topografia do terreno, a proximidade com curso de água (fundamental para a subsistência de um engenhos) e a vegetação do entorno.



Frans Post - Vista de uma usina de açúcar no Brasil. In.: LAGO, 2006: 65.



Frans Post - Engenho {17}. In.: LAGO, 2006: 132.

Ainda que não representem especificamente os engenhos alagoanos, é possível obter através dessas imagens informações diversas sobre seu universo, como detalhes construtivos das edificações, o aspecto arquitetônico das casas-grandes e das capelas, a organização espacial das edificações no terreno, bem como algumas atividades desenvolvidas no engenho, como a moagem da cana, a queima do bagaço e a secagem do açúcar.



Recorte de imagem. Casa-grande. Frans Post – Engenho {47}. In.: LAGO, 2006: 188.



Recorte de imagem. Capela. Frans Post – Engenho. In.: LAGO, 2006: 214.



Recorte de imagem. Carro de boi e secagem do açúcar em um balcão. Frans Post – Engenho. In.: LAGO, 2006: 65.

3. Princípios do Açúcar em Alagoas

Em Alagoas a produção de açúcar esteve relacionada ao surgimento dos três primeiros focos de povoamento da região sul da Capitania de Pernambuco, ao norte, em Porto Calvo, na região das lagoas Mundaú e Manguaba e ao sul, em Penedo.

Segundo Diégues Júnior (2002, p. 48), o primeiro engenho implantado em Alagoas foi o Buenos Aires, em Camaragibe, fundado por Cristóvão Lins, português que recebeu a doação de uma sesmária do donatário da capitania. Por volta de 1600 este português realizou uma expedição nas proximidades de Alagoas e se fixou na atual região norte do estado, instalando ainda o engenho Escurial em Porto Calvo. A partir destes engenhos – e posteriormente com a construção de outros – esta região alcançou

grande desenvolvimento sendo uma das principais áreas produtoras de açúcar da capitania.

Na região próxima às lagoas coube a Diogo Soares a tarefa de povoar e desenvolvê-la, onde posteriormente foi fundado o povoado da Madalena. Mas foi, entretanto, com seu filho, Gabriel Soares, que a atividade açucareira tomou vulto na região a partir da fundação dos engenhos Velho e Novo que, segundo consta na literatura, são os mais antigos da região central litorânea de Alagoas (DIÉGUES Jr., 2002, p 49). Tais engenhos são frequentemente citados nas crônicas do século XVII.

Trataremos em primeiro lugar da lagoa do Sul, porque é a que foi melhor povoada. No tempo da primeira povoação foi seu proprietário Diogo Soares da Cunha, pai de Gabriel Soares da Cunha, senhor do Engenho Novo, o qual a obteve por doação de Duarte de Albuquerque, senhor de toda a capitania de Pernambuco (...) (WALBEECK & MOUCHERON, 1643, p. 124).

No extremo sul da capitania, na povoação de Penedo, os engenhos são fundados a partir da metade do século XVII, porém, a atividade açucareira nesta região não se deu com grande entusiasmo e desenvolvimento, possuindo uma participação mais modesta no cenário de toda Alagoas. Mesmo com a construção de alguns engenhos na área, a atividade que se desenvolveu com mais força foi a criação de gado, esta recebendo destaque mesmo na capitania.

(...) no mesmo lugar há um povoado de poucos habitantes e nas imediações 5 ou 6 engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda nesse lugar existe grande quantidade de bois e vacas, por causa do excelente pasto, de sorte que por esse motivo os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação(...) (VERDONCK, 1630, p. 36).

3.1.

Os engenhos de açúcar se desenvolveram em território alagoano em decorrência da existência de diversos fatores naturais propícios tanto para o plantio e da cana-de-açúcar, como o solo macio de massapé, bem como para o estabelecimento físico dos engenhos. Um dos principais recursos necessários à sobrevivência dos núcleos açucareiros era a existência de cursos de água potável, que servia como força motriz para a moenda, como meio de comunicação e transporte entre os vários núcleos e, claro, para subsistência das pessoas que viviam nos engenhos.

A situação hidrográfica de Alagoas era, portanto, bastante favorável para a fundação de engenhos. Entre os vários rios, riachos e lagoas, os primeiros focos da instalação açucareira foram: na região norte a área dos quatro rios, Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha; na área central litorânea têm-se os

rios Paraíba e Mundaú, que formam as lagoas Manguaba e Mundaú, respectivamente; e ao sul está o rio São Francisco. Foram através desses rios (além de seus afluentes e confluente), em seus vales que a cultura da cana pôde se desenvolver nos primeiros dois séculos da colonização em Alagoas, lançando, dessa maneira, os fundamentos para a sociedade alagoana.

É o engenho o centro da constituição social das Alagoas, como de resto de toda a área açucareira do país. Nele se agrupa o elemento humano, seja proveniente dos grupos indígenas, seja o originado das importações de escravo negro; nele o português é a figura dominante, porque em torno do lusitano se constituíam a economia e a sociedade da região açucareira (...). Vem do tronco português a formação da sociedade alagoana (DIÉGUES Jr., 2002, p. 80).

4. Os Reflexos do Açúcar no ‘Modo de Ser’ Alagoano

Como já foi colocado, a sociedade que se formou dentro dos engenhos alagoanos, e se expandiu para além deste, foi caracterizada principalmente pelas determinações do senhor de engenho e pelas influências dos escravos. Foram vários os âmbitos da sociedade como um todo que sofreram a interferência dessas figuras.

A economia foi, obviamente, o setor que mais sofreu a influência da produção e comércio de açúcar por estar diretamente ligada a esta atividade. Esta acompanhava os altos e baixos da produção, bem como do mercado internacional. O setor econômico acompanhou também o desenvolvimento tecnológico do engenho passando do banguê até ser transformado em usina.

O senhor de engenho possuía influência não somente em sua propriedade, mas também nos núcleos urbanos, sobretudo na política, interferindo nas decisões tomadas, visando principalmente o benefício da produção agrícola. Algumas vezes estes patriarcas podiam levar resistência até mesmo contra decisões da Coroa portuguesa, caso julgassem prejudicar seus negócios.

Criou-se e formou-se em derredor do engenho o organismo político de onde sairia mais tarde o municipalismo. Talvez por isso que a vida política na província girasse tanto em derredor da economia açucareira. Era natural que assim se desse como consequência das origens mesmas dessa formação política a partir do período colonial. Na colônia eram senhores de engenho que deliberavam e resolviam; quando não compunham as câmaras municipais, estas eram formadas pelos “homens bons”, por eles escolhidos (idem, p. 198).

Porém, a influência do senhor de engenho se deu com maior ênfase em seus próprios domínios. Este era chefe de sua família – tanto a oficial, constituída pela esposa e filhos legítimos do casamento, como a constituída pelos filhos tidos com as índias e/ou escravas. Além disso, figuravam nas casas-grandes, cunhados, genros,

sogros, primos, entre outros parentes que subsistiam à custa do senhor de engenho. Segundo Quintas (2007, p. 73) família era então um elemento de extrema importância:

A dimensão histórica da família patriarcal justifica seu grau de importância na sociedade brasileira; figurou, no passado colonial, como a instituição de maior peso. Aliás, contemporaneamente, ainda agrega variáveis de superior valia. (...) O Brasil antigo foi um Brasil essencialmente de família. Nela se processaram os outros brasis: o político, o monárquico, o federativo e o republicano.

Nesta sociedade as mulheres tinham pouca ou nenhuma liberdade de ação, a não ser com relação às atividades domésticas, como o preparo da comida, costura de roupas, bordados, etc. sua vida estava sempre submetida ao marido, ou pai. Até mesmo, ou principalmente, quando se tratava do casamento das filhas. Este era realizado segundo o interesse do senhor de engenho, ocorrendo geralmente entre pessoas de uma mesma família, a fim de manter o patrimônio dentro da mesma.

Mas além da família o senhor de engenho comandava ainda a produção do açúcar, em todas as suas etapas, ainda que deixasse determinadas pessoas encarregadas de coordenar atividades específicas, como o mestre de açúcar. Deveria, ainda, estar a par das atividades dos escravos em tempos de serviço e de folga.

Entre os diversos âmbitos da sociedade alagoana, a cultura foi um dos que recebeu forte influência do complexo açucareiro. Talvez esta seja o exemplo mais vasto de como a sociedade do açúcar se expandiu para além de suas fronteiras rurais e temporais. A partir da casa-grande têm-se os bordados que foram trazidos pelas portuguesas, as vestimentas das sinhás, a culinária farta, rica em compotas de caju, goiaba, jaca, etc. A religiosidade, sobretudo a fé católica, representada pelas inúmeras capelas, que muitas vezes eram ligadas a própria casa-grande, também foi símbolo das manifestações culturais do engenho.

A partir da senzala foram difundidas manifestações africanas que se misturaram à cultura portuguesa colonizadora de tal forma que se tornaram, posteriormente, parte inerente da população alagoana. Jogos como a capoeira, danças como a taieira e o coco de roda, cantigas, comidas típicas, foram sendo incorporados pelos alagoanos chegando ao ponto de serem indissociáveis.

O coco nasceu do samba africano dançado nos terreiros da casa-grande (...). É certo que este samba africano se foi misturando com outras danças; não só choque étnico, mas também choque cultural fez com que nascesse daí o coco alagoano, que, embora conhecido no Nordeste, é particularmente das Alagoas. (...) O coco é encontrado ainda hoje muito vivo e sempre original em Viçosa. Dos engenhos viçosenses têm saído alguns dos melhores cantadores de como (...). (DIÉGUES Jr., 2002, p. 275).

A cultura negra interferiu também na formação religiosa da sociedade da época. Ainda que fossem proibidas, as manifestações do candomblé conseguiram resistir e se perpetuar pelo tempo, alcançado adeptos variados. O culto aos orixás pode ser visto ainda hoje, nas praias alagoanas durante o dia de Iemanjá, por exemplo.

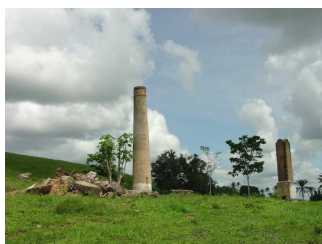
A dinâmica desenvolvida no engenho alagoano proporcionou ainda a difusão de muitas outras manifestações culturais, tais como a poesia popular, o conto de lendas e superstições, o uso da medicina natural, as festas tradicionais, entre outras. Os engenhos chegaram a inspirar muitos artistas e escritores alagoanos que buscaram em seus espaços inspiração para pinturas, músicas, poesias e prosas, dentre as quais cabe destacar a rica obra de José Lins do Rego que, apesar de ter nascido na Paraíba, passou muito tempo de sua vida em Alagoas.

5. Um Conjunto de Referências (Considerações finais)

Por mais que o período áureo dos engenhos esteja alguns séculos distante da sociedade alagoana contemporânea, estes complexos produtivos exercem influência ainda hoje em diversas práticas da mesma. A riqueza cultural produzida pelos engenhos é hoje motivo de vários estudos, entre antropólogos, historiadores, sociólogos, arquitetos, etc.

A importância que a cultura açucareira teve outrora e tem na sociedade alagoana de hoje diz respeito à formação de cada indivíduo que dela pertence, contribuindo para a formação dos laços de identidade entre o alagoano e suas referências históricas

Em Alagoas, como já foi colocado, esse conjunto de referências persiste tanto sob a forma imaterial, através dos saberes, como material. O espaço físico dos antigos engenhos, hoje fazendas de gado, plantações de cana ou propriedades das modernas usinas, conservam diversos elementos correspondentes ao antigo modo de produção do açúcar. É possível encontrar ainda algumas capelas e casas-grandes, solitárias nas paisagens de plantações ou pastos. Em alguns locais permanece ainda o nome 'engenho'.



Bueiros e vestígios. Engenho Canaveira do Meio, Alagoas. Arquivo Estudos da Paisagem,



Vista da Casa-grande. Engenho Conceição, Alagoas. Arquivo Estudos da Paisagem, 2007.



Capela. Engenho Escurial, Alagoas. Arquivo Estudos da Paisagem, 2007.

2007.



Ruínas da capela. Engenho Guaribas, Alagoas. Arquivo Estudos da Paisagem, 2007.



Sobrado onde ficou D. Pedro II. Engenho Jenipapo, Alagoas. Arquivo Estudos da Paisagem, 2007.



Casa-grande. Engenho Guaribas, Alagoas. Arquivo Estudos da Paisagem, 2007.

Ainda que muitos alagoanos não se reconheçam nessa história, nessa cultura, grande parte do patrimônio histórico cultural de Alagoas provém da atividade açucareira de outrora, até porque está intimamente ligada à origem do mesmo. O resgate e a valorização dessa cultura é de fundamental importância para a construção de um alagoano mais denso, no sentido de absorver o máximo dos valores histórico-culturais referentes à formação de Alagoas.

O patrimônio cultural de uma sociedade deve ser abraçado pela mesma e difundido para as gerações futuras de modo a contribuir para a construção uma identidade forte e proporcionar a sensação de que toda essa cultura faz parte de cada indivíduo, pertence a todos e a cada um.

Numa paz comovente e patriarcal,
Bem ali ao pé daquela capoeira,
É que se erguia a casa colonial
Do português José Martins Ferreira.

Mais adiante o alambique, a bolandeira,
A senzala dos negros e o curral.
Finalmente, o engenho, a bagaceira,
Quase rente do grande canal.

E evoco toda a gloria que passou,
Todo trabalho insano, nobre, ousado,
Do legendário avô do meu avô! (...)
(Osório de Linhares, sobre o engenho Boa Sorte.
In.: DIÉGUES Jr., 2002, p. 240.)

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Civilização Açucareira**. In.: QUINTAS, Fátima (org.). *A civilização do açúcar*. Recife: SEBRAE / Fundação Gilberto Freyre, 2007.

DIEGUES JR., Manuel. **O Banguê nas Alagoas** – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2002.

LAGO, Pedro & Bia Corrêa do. **Frans Post (1612-1680) obra completa**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

MARCGRAVE, Jorge. **História Natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MELLO, José Antônio G. de. **Os holandeses no Brasil**. HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999: 20-48.

NASSAU, Maurício. et. al. **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638)**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

QUINTAS, Fátima. **Cultura, Patrimônio e Civilização**. In.: QUINTAS, Fátima (org.). *A civilização do açúcar*. Recife: SEBRAE / Fundação Gilberto Freyre, 2007.

VERDONCK, Adrian. **Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentado ao conselho político do Brasil por Adriano Verdonck, em 20 de maio de 1630**. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

WALBEECK & MOUCHERON. **Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. E pelos nobres membros do Alto Conselho**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. A administração e a conquista*. Recife: Minc. Secretaria da cultura; 4ª Diretoria Regional da SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.